



SENAPRO	
MINISTÉRIO DO TRABALHO	
NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	
46218.020461/2004-96	
13 JUL 2004	

gre,
endo a livre
ção de
s princípios
ociedade,
e."

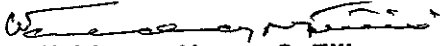
Ilma. Sra. Delegada Regional do Trabalho
Delegacia Regional do Trabalho – MTE
Porto Alegre – RS

OBJETIVO: CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO/2003

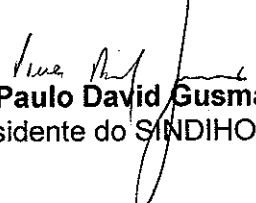
SINDICATO DOS TÉCNICOS E AUXILIARES EM RADIOLOGIA MÉDICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, entidade sindical representativa da categoria profissional, registrada no MTE sob n. 24400.003644/89 e inscrita no CNPJ sob n. 93.074.201/0001-14, e **SINDICATO DOS HOSPITAIS E CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE – SINDIHOSPA**, entidade sindical representativa da categoria econômica, registrada no MTE sob o nº 02428087506-9 e inscrita no CNPJ sob nº 92963792/0001-18, vêm, em cumprimento ao disposto na Instrução Normativa SRT/MTE nº 01, de 24 de março de 2004, solicitar o depósito, registro e arquivamento da presente **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO**, na forma do art. 614 da Consolidação das Leis do Trabalho, autorizado pelas Assembléias Geral Extraordinárias dos trabalhadores realizadas no dia 03/06/2003, na sede da Associação dos Servidores do Grupo Hospitalar Conceição, sito na Rua Marco Pólo, nº 93, em Porto Alegre - RS (assembléia que aprovou a pauta de reivindicações e concedeu poderes à negociação ou RVDC), no dia 12/08/2003, na sede do Sindicato Profissional, sito Rua Cristóvão Pereira, nº 99, sala 301, em Porto Alegre – RS (assembléia que deliberou pela greve conjuntamente com sindicato profissional Sindisaúde) e no dia 03/09/2003 (Hospital de Clínica de Porto Alegre pátio, às 14 hs), assembléia que deliberou pelo encerramento da greve e acatou a decisão judicial do TRT, bem como pela Assembléia Geral Extraordinária da categoria econômica realizada em 10/03/2003, na sede do Sindicato dos Hospitais e Clínicas de Porto Alegre – SINDIHOSPA, nesta capital, sito na rua Corte Real nº 58 e firmada pelos representantes abaixo assinados.

Para tanto, apresentam uma via original do instrumento a ser depositado, registrado e aprovado, nos termos do inciso II, do art. 4º da referida Instrução Normativa.

Porto Alegre, 22 de setembro de 2004.


Waldemar Nunes S. Filho
Presidente do Sindicato dos Técnicos e Auxiliares em Radiologia do RGS


Dra. Sandra Kochenborger
Advogada do Sindicato Profissional


Dr. Paulo David Gusmão
Presidente do SINDIHOSPA


Dra. Ana Cristina Cardoso
Advogada do SINDIHOSPA



Nossa Missão:

"Fortalecer os serviços de saúde de Porto Alegre, estimulando a sua competitividade e promovendo a livre iniciativa, a economia de mercado, a integração de empregados e empregadores e o respeito aos princípios éticos, em cooperação com o governo e a sociedade, visando o desenvolvimento do setor da saúde."

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO

Pelo presente instrumento, **SINDICATO DOS TÉCNICOS E AUXILIARES EM RADIOLOGIA MÉDICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**, entidade sindical profissional de primeiro grau, com sede nesta Capital, na Rua Cristóvão Pereira, n. 103, por seu presidente, Waldemar Nunes da Silva Filho, CPF n. 289.709.420-68, e **SINDICATO DOS HOSPITAIS E CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE – SINDIHOSPA**, entidade sindical patronal, representativa dos hospitais e clínicas de Porto Alegre, com sede nesta Capital, na rua Corte Real, nº 58, por seu presidente, Paulo David Gusmão, CPF n. 140630500-68, celebram a presente **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO**, de caráter normativo, na forma do art. 611 e seguintes da CLT, dentro da base territorial das Entidades que subscrevem o presente documento, a reger-se pelas seguintes cláusulas e condições:

01 – REAJUSTAMENTO SALARIAL

Os empregados representados pelo Sindicato Profissional, terão reajuste salarial de 13% (treze por cento), facultada a compensação das antecipações espontâneas concedidas no período revisado, sendo que o índice será aplicado em 2 (duas) parcelas, não cumulativas, da seguinte forma:

- a) a primeira parcela, correspondente a 10% (dez por cento), em 1º de julho de 2003;
- b) a segunda parcela, correspondente a 3% (três por cento), em 1º de janeiro de 2004.

Parágrafo Primeiro: Proporcionalidade – Na hipótese de empregado admitido após a data base, ou em se tratando de empresa constituída e em funcionamento depois da data base, o reajustamento será calculado de forma proporcional, em relação a data de admissão e com preservação da hierarquia salarial.

Parágrafo Segundo: As diferenças salariais relativas a primeira parcela deverão ser pagas com o salário de setembro de 2003.

02 – PISO SALARIAL

Piso salarial, já reajustado conforma a cláusula anterior, será para os Técnicos em Radiologia de R\$ 645,94 (seiscentos e quarenta e cinco reais e noventa e quatro centavos) e para os Auxiliares em Radiologia de R\$ 404,02 (quatrocentos e quatro reais e dois centavos), a partir de 1º de julho de 2003.

03 – ADICIONAL NOTURNO

O trabalho noturno será remunerado com adicional de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da hora normal contratada, respeitado os critérios preexistentes mais benéficos.

04 – TRABALHO EM DOMINGOS E FERIADOS

O trabalho em domingos, ou em dias estabelecidos ao descanso semanal remunerado, e em feriados, quando não compensados por outro repouso em dia útil da semana imediatamente anterior ou posterior, será pago com adicional de 100% (cem por cento), independente da remuneração legal deste dia.



Nossa Missão:

"Fortalecer os serviços de saúde de Porto Alegre, estimulando a sua competitividade e promovendo a livre iniciativa, a economia de mercado, a integração de empregados e empregadores e o respeito aos princípios éticos, em cooperação com o governo e a sociedade, visando o desenvolvimento do setor da saúde."

05 – ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO – QUINQUENIO

A cada 5 (cinco) anos de serviço prestado ininterruptamente na mesma empresa, perceberá o empregado o adicional mensal de 5% (cinco por cento) do seu salário base.

06 – ADICIONAL DE HORAS EXTRAORDINÁRIAS

As horas que excederem àquela jornada semanal prevista na cláusula trigésima terceira e não compensadas na forma do parágrafo primeiro da mesma cláusula, serão consideradas como horas extraordinárias e remuneradas com o adicional de 100% (cem por cento).

Parágrafo Único – Na contagem das horas extraordinárias não serão computados os minutos despendidos no registro do Cartão Ponto, considerados como tais aqueles registrados de 1 (um) a 5 (cinco) minutos na entrada ou na saída.

07 – PAGAMENTO DE HORAS EXTRAORDINÁRIAS

As horas extras prestadas até a data do encerramento da folha de pagamento, e não compensadas na forma da cláusula trigésima terceira, deverão ser remuneradas com base no salário do mês de competência em que forem efetivamente pagas.

08 – SALÁRIO SUBSTITUTO

Enquanto perdurar a substituição que não seja inferior a 15 (quinze) dias, o empregado que substituir outro fará jus ao salário contratual do substituído, no decorrer da substituição e excluídas as vantagens pessoais do substituído.

Parágrafo Único: Admitido o empregado para função de outro dispensado sem justa causa, será garantido àquele salário igual ao do empregado de menor salário na função, excluída as vantagens pessoais do substituído.

09 – FÉRIAS

Os empregadores que concederem férias aos seus empregados deverão pagar a remuneração destas até 2 (dois) dias antes do início das mesmas.

Parágrafo Primeiro – No caso de não pagamento da remuneração devida no prazo acima disposto, o empregado poderá solicitar o cancelamento das férias.

Parágrafo Segundo – Para os empregados que gozam, normalmente, os repousos nos finais de semana e feriados, as férias não poderão ter início em sextas-feiras, sábados, domingos, feriados ou em dias que antecedam feriados, salvo manifestações por escrito em contrário, por parte do empregado.

10 – ANOTAÇÃO DA FUNÇÃO NA CTPS

Deverá ser anotada na CTPS do empregado a função efetivamente exercida pelo mesmo.

Parágrafo Primeiro – No caso de haver alteração de função o registro deverá ser feito simultaneamente na CTPS, desde que o empregado apresente a referida carteira ao empregador.

Parágrafo Segundo – O empregador não poderá reter a CTPS de seus empregados, em hipótese alguma, por mais de 48 (quarenta e oito) horas.



Nossa Missão:

"Fortalecer os serviços de saúde de Porto Alegre, estimulando a sua competitividade e promovendo a livre iniciativa, a economia de mercado, a integração de empregados e empregadores e o respeito aos princípios éticos, em cooperação com o governo e a sociedade, visando o desenvolvimento do setor da saúde."

11 – AVISO PRÉVIO

Fica o empregado dispensado do trabalho e o empregador do pagamento do saldo, sempre que no curso do aviso prévio o trabalhador, com a devida comprovação de obtenção de novo emprego, solicitar seu afastamento.

Parágrafo Primeiro – O empregado despedido poderá, no curso do aviso prévio, optar pela redução de 2 (duas) horas no horário de início ou término do expediente.

Parágrafo Segundo – A dispensa do empregado de cumprir o aviso prévio deverá ser feita por escrito no próprio termo de aviso.

12 – DESPEDIDA POR JUSTA CAUSA – PRESUNÇÃO DE DESPEDIDA INJUSTA

O empregador que despedir sob alegação de justa causa fica obrigado a fornecer ao empregado despedido, comunicação em que constem, resumidamente, a falta cometida, sob pena da dispensa ser considerada imotivada.

Parágrafo Único - Ressalva-se ao empregador o direito a proceder às complementações fáticas, ensejadoras da despedida junto à Justiça do Trabalho, no caso da "justa causa" vir a ser questionada em juízo.

13 – LANCHES

Os empregadores fornecerão aos seus empregados plantonistas noturnos, gratuitamente, lanches com padrão alimentar mínimo de 600 (seiscentas) calorias, sem que tal benefício venha constituir salário utilidade.

Parágrafo Único – Entende-se por "plantonista" aqueles empregados que trabalham 12 (doze) horas à noite e os que dobram a jornada diurna.

14 – LICENÇAS REMUNERADAS PARA EXAME

Os empregados estudantes, quando regularmente matriculados em escolas reconhecidas pelo Poder Público, terão abono de 1 (um) dia de falta por ano para realização de provas finais, desde que comuniquem ao empregador com 7 (sete) dias de antecedência e com devida comprovação posterior, no mesmo prazo.

Parágrafo Único – No caso de vestibular haverá dispensa para apenas 1 (um) concurso anual, desde que coincida com o horário de trabalho.

15 – LICENÇA PARA INTERNAÇÃO DE FILHO

Serão consideradas dispensas ao trabalho, sem prejuízo da remuneração, o atraso ou ausência do empregado quando para acompanhar filho menor de 12 (doze) anos ou inválido de qualquer idade a atendimento médico, limitada a dispensa ao equivalente a 1/2 (meia) jornada diária da carga horária do empregado, por mês, e desde que haja comprovação, através de atestado médico competente que contenha o horário de atendimento, nome do filho atendido, tipo de atendimento e o nome do acompanhante, dentro de 48 (quarenta e oito) horas após a ausência do empregado.

Parágrafo Único – No caso de ausência para hospitalização, o limite será de 3 (três) dias no mês.

Nossa Missão:

"Fortalecer os serviços de saúde de Porto Alegre, estimulando a sua competitividade e promovendo a livre iniciativa, a economia de mercado, a integração de empregados e empregadores e o respeito aos princípios éticos, em cooperação com o governo e a sociedade, visando o desenvolvimento do setor da saúde."

16 – LOCAL PARA DESCANSO

Os empregadores deverão manter local adequado para descanso dos seus empregados nos intervalos de plantões noturnos.

17 – PAGAMENTO DE SALÁRIOS - HOMOLOGAÇÃO DE RESCISÕES CONTRATUAIS

O pagamento da rescisão contratual poderá ser efetuado através de moeda corrente ou cheque emitido pelo empregador, dispensando-se a necessidade de cheque visado ou administrativo.

Parágrafo Primeiro – Em caso de não comparecimento do empregado, o Sindicato Profissional dará comprovação da presença do empregador para o pagamento das parcelas rescisórias, quando houver comprovação de que o empregado tinha ciência da data, local e do horário do ato homologatório.

Parágrafo Segundo – O Sindicato Profissional manterá na sua sede pessoa credenciada para proceder as homologações de rescisões de contratos de trabalho, de segunda a sextas feiras, em horário comercial.

18 – DATA DO PAGAMENTO

Os empregadores deverão pagar os salários até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao trabalho, ou se houver lei que modifique o prazo, no último dia por ela fixado, sob pena de multa de 1/60 (um sessenta avos) do salário mensal por dia de atraso, em favor dos trabalhadores prejudicados, durante os primeiros quinze dias de atraso e 1/30 (um trinta avos) do salário mensal por dia de atraso, a partir do décimo sexto dia, limitados ao principal, conforme artigo 412 do Código Civil.

19 – QUADRO DE AVISOS

Os empregadores permitirão a afixação de avisos e comunicações do Sindicato Profissional, sem conteúdo político-partidário, religioso ou ofensivo aos empregadores, em quadro mural de fácil observação e localizado próximo ao relógio ponto.

20 – CURSOS E REUNIÕES

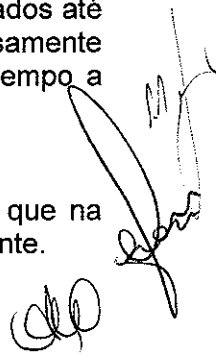
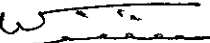
Os cursos e reuniões de serviços promovidos pelo empregador, quando de comparecimento obrigatório, serão realizados durante a jornada normal de trabalho, ou as horas correspondentes, deverão ser pagas como extraordinárias, ou ainda, ser compensáveis em outros dias do mês, caso haja vontade do empregado.

21 – MENSALIDADES SOCIAIS

As empresas se comprometem a descontar de seus empregados, mensalidades sociais dos relacionados como sócios do Sindicato Profissional, repassando os valores descontados até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao desconto, desde que expressamente autorizado pelo empregado e respeitada a faculdade de se cancelar a qualquer tempo a autorização.

22 – VALE TRANSPORTE

Os empregadores deverão fornecer aos seus empregados vale-transporte, desde que na solicitação, o empregado informe o seu endereço correto, conforme a legislação vigente.



Nossa Missão:

"Fortalecer os serviços de saúde de Porto Alegre, estimulando a sua competitividade e promovendo a livre iniciativa, a economia de mercado, a integração de empregados e empregadores e o respeito aos princípios éticos, em cooperação com o governo e a sociedade, visando o desenvolvimento do setor da saúde."

23 – CRECHE

Os empregadores que não mantiverem creches de forma direta ou conveniada, reembolsarão funcionárias, mensalmente, mediante comprovação de despesas para este fim, em até 10% (dez por cento) do piso normativo da categoria, desde que comprovem possuírem filho com idade inferior ou igual a 6 (seis) anos.

24 – CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL – EM FAVOR DO SINDICATO PROFISSIONAL

Os empregadores descontarão de todos os empregados, beneficiados ou não pela presente Convenção Coletiva, o valor correspondente a 1 (um) dia de remuneração de cada membro da categoria, já reajustado conforme a cláusula primeira da presente convenção, vigente na data de referido desconto, devendo ser recolhido aos cofres do Sindicato dos Trabalhadores até 10 (dez) dias após a efetivação do desconto, diretamente na sede do Sindicato ou por via bancária. O desconto será efetuado no mês seguinte ao protocolo da presente Convenção junto a DRT, sob as cominações previstas.

Parágrafo Primeiro: Garante-se ao empregado o direito de oposição ao desconto ora previsto, que deverá ser exercido obrigatoriamente perante o Sindicato Profissional, mediante manifestação escrita e individual do mesmo, até 10 (dez) dias após o protocolo da presente Convenção na DRT.

Parágrafo Segundo: O não recolhimento das contribuições previstas implicará acréscimo de juros moratórios capitalizados de 1% (um por cento) ao mês e multa de 10% (dez por cento) por mês de atraso, sem prejuízo da atualização do débito, sendo vedado o repasse de tais encargos ao empregado por ocasião do desconto.

25 - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL – EM FAVOR DO SINDICATO PATRONAL

Os empregadores pertencentes à categoria econômica da saúde recolherão ao Sindicato Patronal o valor correspondente a 6% (seis por cento) da folha de pagamento total de seus empregados, já reajustada conforme critérios estabelecidos na cláusula primeira da presente Convenção, a título de "Contribuição Assistencial", em até 2 (duas) parcelas mensais e consecutivas, estabelecendo-se o valor mínimo de cada parcela de R\$ 80,00 (oitenta reais), a partir do mês do fechamento da presente, até o dia 10 (dez) do mês subsequente. O não recolhimento implicará em acréscimo de juros moratórios de 1% ao mês e multa de 10%, sem prejuízo da atualização do débito.

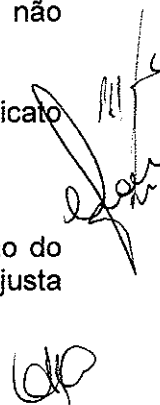
Parágrafo Primeiro – As empresas deverão remeter ao Sindicato Patronal uma relação por CNPJ, contendo relação nominal dos empregados, com indicação dos valores individuais.

Parágrafo Segundo – Para as empresas que pagam em dia a Contribuição Confederativa (por CNPJ), esta nova contribuição não será devida, de modo a não aumentar o ônus das empresas que pagam em dia suas contribuições.

Parágrafo Terceiro – Os valores deverão ser recolhidos na sede do Sindicato Patronal.

26 – REEMBOLSO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

Aos empregados que lhe faltarem 24 (vinte e quatro) meses ou menos para aquisição do direito à aposentadoria, integral ou por idade, e que venham a ser despedidos sem justa



Nossa Missão:

"Fortalecer os serviços de saúde de Porto Alegre, estimulando a sua competitividade e promovendo a livre iniciativa, a economia de mercado, a integração de empregados e empregadores e o respeito aos princípios éticos, em cooperação com o governo e a sociedade, visando o desenvolvimento do setor da saúde."

causa, fica assegurado o reembolso das últimas contribuições devidas à Previdência Social, inclusive a parte patronal, com base no último salário e enquanto estiver sem vínculo empregatício, desde que comprovem por escrito, durante o aviso prévio, tal período faltante e que contem com no mínimo mais de 5 (cinco) anos de trabalho prestado ao mesmo empregador.

27 – CÓPIA DO CONTRATO DE TRABALHO E COMPROVANTES DE PAGAMENTO

É obrigatória a entrega da cópia do contrato, quando escrito, assinada e preenchida, ao empregado admitido, bem como a entrega de cópia do recibo de quitação final, preenchida e assinada.

Parágrafo Único – Deverá ser dado sigilo às informações constantes dos comprovantes de pagamento, cabendo somente ao empregado e ao departamento pessoal o seu manuseio.

28 – DIVULGAÇÃO DOS ACORDOS E CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO

Os empregadores disponibilizarão aos seus empregados, cópia dos acordos ou convenções coletivas de trabalho firmados com o Sindicato Profissional.

29 – LICENÇA – DOAÇÃO VOLUNTÁRIA DE SANGUE

As empresas concederão ao empregado que solicitar, licença de um dia a cada ano de trabalho para doação voluntária de sangue, devidamente comprovada.

30 – ADIANTAMENTO DA GRATIFICAÇÃO DE NATAL

Os empregadores pagarão 50% (cinquenta por cento) da Gratificação de Natal, juntamente com o pagamento das férias, quando gozadas a partir de abril, mediante requerimento do empregado.

Parágrafo Único – Será devido multa diária de 1/30 (um trinta avos) do salário base mensal, em favor do empregado, quando o pagamento da Gratificação Natalina não for efetuado, desde que devidamente requerido, dentro do prazo previsto em lei, limitado ao principal, conforme artigo 412 do Código Civil.

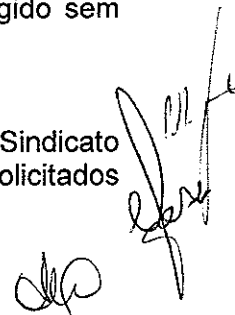
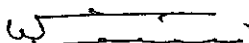
31 – UNIFORMES, EPIs E MATERIAL DE BOLSO

Sempre que for exigido pelo empregador o uso de uniforme, inclusive calçados, EPI (equipamento de proteção individual) ou material de bolso (termômetro, tesoura, garrote e caneta) deverão, os mesmos, serem fornecidos sem ônus ao empregado.

Parágrafo Único – No caso de haver quebra ou inutilização do material utilizado, ficam os empregados dispensados do pagamento do mesmo quando no desempenho de sua função e desde que apresentem o material danificado e tenham agido sem dolo.

32 – EXAMES MÉDICOS

Os empregados pertencentes à categoria profissional representada pelo Sindicato Profissional, não se oporão à realização de exames médicos periódicos, quando solicitados pelo empregador.



Nossa Missão:

"Fortalecer os serviços de saúde de Porto Alegre, estimulando a sua competitividade e promovendo a livre iniciativa, a economia de mercado, a integração de empregados e empregadores e o respeito aos princípios éticos, em cooperação com o governo e a sociedade, visando o desenvolvimento do setor da saúde."

33 – REGIME DE COMPENSAÇÃO HORÁRIA

O empregador poderá adotar um regime de compensação horária mediante concordância do empregado por escrito. Neste caso o acréscimo na jornada diária visará compensar a inatividade ou redução horária nos sábados ou em outros dias da semana, desde que a jornada não ultrapasse aquela contratada para ser prestada na semana.

Parágrafo Primeiro – As horas trabalhadas que excederem ao limite da jornada semanal contratada, poderão ser compensadas dentro do prazo 06 (seis) meses, a contar da data correspondente ao encerramento do ponto do mês em que ocorreu a referida jornada extraordinária.

Parágrafo Segundo – Na hipótese de rescisão do contrato de trabalho sem que tenha havido a compensação integral da jornada, conforme parágrafo anterior, o trabalhador fará jus ao pagamento das horas pendentes, que serão consideradas como extraordinárias e remuneradas com o adicional previsto na presente Convenção.

Parágrafo Terceiro – O empregado deverá ser comunicado, com antecedência mínima de 72h (setenta e duas horas), quando da efetiva compensação.

Parágrafo Quarto – O empregador deverá fornecer mensalmente aos empregados informações sobre as horas prestadas no mês, possibilitando ao empregado controlar o número de horas a serem compensadas dentro da sistemática ora estabelecida.

Parágrafo Quinto – O empregado deverá, obrigatoriamente, compensar as horas existentes no Banco de Horas sempre que estas atingirem o limite da jornada mensal contratada.

Parágrafo Sexto – Ficam o empregado e o empregador autorizados, a qualquer tempo, a suspender a adoção do regime de compensação horária.

34 – ATESTADOS MÉDICOS

Quando o empregador oferecer serviços de assistência médica e/ou odontológica, somente serão aceitos atestados para justificativa de ausência ao trabalho, quando por estes emitidos.

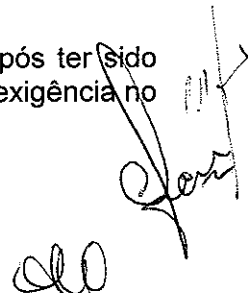
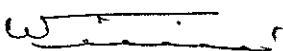
35 – OBRIGAÇÃO DE FAZER

O descumprimento de cláusulas do presente acordo que contenham obrigação de fazer sujeita o empregador ao pagamento de multa equivalente a 2,0% (dois por cento) do salário base, por empregado atingido, revertida em benefício do mesmo, desde que a cláusula não possua multa específica ou não haja previsão legal.

Parágrafo Único – Esta multa somente será devida se o empregador após ter sido notificado pelo Sindicato Profissional ou pelo empregado, e não atender a exigência no prazo de 05 (cinco) dias contados após o recebimento da notificação.

36 – PROIBIÇÃO DE FUMAR

Fica proibido ao empregado fumar nas áreas físicas das empresas.





Nossa Missão:

"Fortalecer os serviços de saúde de Porto Alegre, estimulando a sua competitividade e promovendo a livre iniciativa, a economia de mercado, a integração de empregados e empregadores e o respeito aos princípios éticos, em cooperação com o governo e a sociedade, visando o desenvolvimento do setor da saúde."

37 – CONDIÇÕES GERAIS

A presente Convenção Coletiva tem caráter único, sendo que as cláusulas existentes foram devidamente acordadas dentro de um todo, não significando, na individualidade, perda de direito para quaisquer das partes.

38 – DIMENSIONAMENTO QUANTITATIVO E QUALITATIVO DA CATEGORIA

Os Sindicatos acordantes desenvolverão, durante a vigência da presente Convenção, um banco de dados com o intuito de cadastrar a totalidade de empregados existentes no setor, sindicalizados ou não, para estudos de quantificação da categoria, de planos assistenciais e cláusulas sociais, devendo, para tanto, os empregadores fornecerem ao SINDIHOSPA informações atualizadas relativamente ao número de empregados, devidamente identificadas as categorias profissionais, com base nas informações contidas na ficha registro dos empregados.

Parágrafo Único - Os empregadores terão o prazo de 60 (sessenta) dias após a assinatura da presente Convenção para cumprir o disposto no caput da presente cláusula, sob pena da aplicação de multa equivalente a 0,5% (zero virgula cinco por cento) do valor da folha de pagamento total de seus empregados.

39 – PRAZO DE VIGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho terá vigência de um ano, a partir de 1º de julho de 2003.

Porto Alegre, 22 de setembro de 2004.

Waldemar Nunes S. Filho
Presidente do Sindicato dos Técnicos
e Auxiliares em Radiologia do RGS

Dr. Paulo David Gusmão
Presidente do SINDIHOSPA

Dra. Sandra Kochenborger
Advogada do Sindicato Profissional

Dra. Ana Cristina Cardoso
Advogada do SINDIHOSPA